

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.568.437 - SE (2019/0247470-4)

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : JUNDIAHY AGROPECUÁRIA S/A  
**ADVOGADOS** : CRISTIANO CÉSAR BRAGA DE ARAGÃO CABRAL - SE002576  
MARYANNA PORTO DE CARVALHO BRAGA - SE008597  
**AGRAVANTE** : BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA  
**ADVOGADO** : FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - SE000938  
**AGRAVADO** : OS MESMOS

### EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO BANCÁRIO. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. DISPOSITIVO DE LEI. NÃO INDICAÇÃO. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

### DECISÃO

JUNDIAHY AGROPECUÁRIA S.A. (JUNDIAHY) ajuizou ação revisional contra BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. (BANCO), pleiteando a revisão de cláusulas de empréstimo bancário.

A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, declarando a nulidade da cláusula contratual que dispõe sobre os juros remuneratórios, limitando-os à taxa média de mercado (e-STJ, fls. 499/504).

Interpostas apelações por JUNDIAHY e por BANCO, o Tribunal Sergipano negou-lhes provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 613/614):

*APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS - DECISÃO QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO - IRRESIGNAÇÃO - RELATIVIZAÇÃO DO PRINCÍPIO PACTA SUNT SERVANDA - PEDIDO DE MANUTENÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS CONTRATADOS - CONFIGURAÇÃO DA ABUSIVIDADE ALEGADA - DETERMINAÇÃO PARA APLICAÇÃO DA TAXA MÉDIA DE MERCADO CONDIZENTE COM A OPERAÇÃO EFETIVADA - CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS - JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 592.377/RS - POSSIBILIDADE DE A MATÉRIA SER TRATADA POR INTERMÉDIO DE MEDIDA PROVISÓRIA -*

# Superior Tribunal de Justiça

*RECONHECIMENTO DE RELEVÂNCIA E URGÊNCIA DO TEMA - NOVO POSICIONAMENTO - SÚMULAS Nº 539 E 541 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – POSSIBILIDADE DA COBRANÇA DA CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS EM RAZÃO DA PREVISÃO EXPRESSA NO CONTRATO – COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - INEXISTÊNCIA DE PACTUAÇÃO DO REFERIDO ENCARGO MORATÓRIO - POSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO DOS VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE NA FORMA SIMPLES - MANUTENÇÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL - MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS RECURSAIS - RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.*

Inconformada, JUNDIAHY interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, sustentando violação dos arts. 28 da Lei nº 10.931/04, 394 e 396 do CC/02, aduzindo, em síntese, que (1) é ilegal a cláusula contratual que prevê capitalização de juros diária; (2) a cobrança de encargos abusivos no período da normalidade descaracteriza a mora; (3) é vedada a cumulação de comissão de permanência com outros encargos da mora; e (4) houve sucumbência mínima.

BANCO ofereceu contrarrazões (e-STJ, fls. 693/706).

Em juízo de admissibilidade, a vice-presidência do TJSE inadmitiu o apelo nobre ante a incidência das Súmulas nºs 7 e 83 do STJ. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial, no qual foi refutada a aplicação dos referidos óbices.

Não foram apresentadas contrarrazões ao agravo (e-STJ, fls. 760/777).

É o relatório.

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

## (1) Da capitalização de juros

Embora JUNDIAHY tenha sustentado que a capitalização foi pactuada na periodicidade diária, o que seria abusivo, o TJSE concluiu que fora contratada a capitalização mensal, nos termos da seguinte fundamentação:

*Verifico que a cláusula 2.1 do contrato de fls. 48/53 estipulou a*

# Superior Tribunal de Justiça

*cobrança de juros capitalizados mensalmente, tal como se verifica na transcrição a seguir:*

*"2.1 – Juros (parte prefixada) à taxa estipulada no Quadro III – Dados da Cédula de Crédito Bancário (FL. 1/6) capitalizados mensalmente, calculados e cobrados por dias decorridos e computados a partir da data de emissão desta Cédula." (e-STJ, fls. 623).*

Nessa linha, a modificação do entendimento do acórdão recorrido, para concluir diversa a periodicidade pactuada, implicaria reexame de fatos e provas e interpretação de cláusulas contratuais, vedados em recurso especial, nos termos das Súmulas nºs 5 e 7 do STJ.

## **(2) e (4) Da caracterização da mora e da sucumbência mínima**

JUNDIAHY sustentou que a mora deveria ser afastada, ante a cobrança de encargos abusivos no período da normalidade, e que houve sucumbência mínima.

No entanto, verifica-se que o conteúdo normativo dos arts. 394 e 396 do CC/02, bem como do art. 86, parágrafo único, do NCPC não foi objeto de debate no Tribunal Sergipano, o que evidencia a ausência de prequestionamento.

Ressalte-se que a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que seja indicada violação do art. 1.022, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei. Confirmam-se os seguintes precedentes:

*AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. ATRASO NA ENTREGA. 1. LUCROS CESSANTES. CABIMENTO. PRESUNÇÃO DE PREJUÍZO. 2. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. 3. PREQUESTIONAMENTO FICTO (ART. 1.025 DO CPC/2015). NECESSIDADE DE APONTAMENTO DE CONTRARIEDADE AO ART. 1.022 DO CPC/2015. 4. RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS COM COTAS CONDOMINIAIS E IMPOSTOS ANTES DA IMISSÃO NA POSSE. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. 5. AGRAVO IMPROVIDO. 1. [...] 2. Não tendo sido enfrentada a questão ou a tese relacionada ao artigo apontado como violado pelo acórdão recorrido, fica obstado o conhecimento do recurso especial pela ausência de*

prequestionamento, incidindo os óbices das Súmulas 282 e 356 do STF. 3. De fato, "a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 4/4/2017, DJe 10/4/2017). 4. Segundo a jurisprudência do STJ, as despesas de condomínio e IPTU são de responsabilidade da construtora até a entrega do imóvel ao adquirente. Isso porque, apesar de o IPTU ter como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse do imóvel (CTN, art. 32), se os recorridos não deram causa para o não recebimento do imóvel, não podem ser obrigados a pagar as despesas condominiais nem o citado imposto referente ao período em que não haviam sido imitados na posse. 5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.697.414/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. em 5/12/2017, DJe 15/12/2017 - sem destaque no original)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. PREQUESTIONAMENTO FICTO. NÃO OCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE ADUZIR VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. LEGITIMIDADE PASSIVA. SÚMULA 7/STJ. DEVER DE INDENIZAR. CONFIGURAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. 1. "A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (REsp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017). 2. A Corte de origem, soberana na análise do arcabouço fático-probatório dos autos, consignou existir a legitimidade passiva do ora recorrente para figurar na relação jurídica processual tendo em vista tanto o contrato de prestação de serviços de plano de saúde celebrado entre os ora agravados, quanto o convênio firmado entre o plano de saúde e o hospital, ora recorrente. A reforma do aresto hostilizado demandaria revolvimento do material fático probatório dos autos e interpretação contratual, o que esbarra nas Súmulas n. 5 e 7 do STJ. 3. É inviável, na hipótese vertente, a análise da presença ou não dos requisitos ensejadores da responsabilidade civil, porquanto demandaria análise do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Súmula 7/STJ. 4. Agravo interno não provido.*

(AgInt no AREsp 1.144.413/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, j. em 7/11/2017, DJe 14/11/2017 - sem destaque no original)

### (3) Da comissão de permanência

A alegação de que a comissão de permanência não pode ser cumulada com outros encargos da mora não veio amparada em alegação de ofensa à lei federal ou dissídio pretoriano, o que atrai a incidência da Súmula nº 284 do STF.

Ademais, verifica-se que o acórdão concluiu que não houve pactuação do encargo referido, de sorte que a alteração do entendimento mencionado implicaria inexorável reexame de fatos e provas e interpretação de cláusulas contratuais, vedados em recurso especial, nos termos das Súmulas nºs 5 e 7 do STJ.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator